

Termo de Fomento nº48/2026/GP.

TERMO DE FOMENTO

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado na Rua Candido de Abreu nº 25, Bairro Jardim Primavera, CEP 85.502-360, em Pato Branco - PR, como CONCEDENTE, e de outro lado, a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco**, inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07, com sede na Travessa Borges, N ° 152, Bairro: São Vicente em Pato Branco/PR, CEP 85.506-390, telefone (46) 3224-4440, endereço eletrônico: patobranco@apaep.org.br, neste ato representada por sua Representante Legal a Sra. **Zenilda de Quadros Spricigo**, portadora do CPF 195.725.819-53, inscrita no RG 1.592.272 - SSP/SC, residente e domiciliada na Avenida Tupi, Nº 2692, AP 1301, Centro em Pato Branco/PR, CEP 85.501-065, telefone (46) 99107-0721, e-mail: zenildaspricigo@hotmail.com como PROPONENTE, conforme autorização constante do processo administrativo nº 12.358/2026 1Doc, Inexigibilidade nº 47/2026 – Processo nº 49/2026, Emenda Individual nº 49/2025, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Constitui objeto da presente parceria, Aquisição de cinco (5) teclados, contratação de um instrutor de musicalização para ministrar as aulas nas duas unidades da APAE Pato Branco.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

I - Realizar 2 aulas de musicalização e 2 aulas de teclado por semana nos períodos matutino e vespertino com duração de 2 horas em cada unidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Fomento, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.

II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência do Termo de fomento do objeto da parceria será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II - O prazo de execução do Termo de fomento do objeto da parceria será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

III - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de fomento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais) à PROPONENTE, com recursos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente à Emenda Impositiva Individual nº 49/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:

a) 07 Secret.Mun.Educacao E Cultura Unidade Orcamentaria - 07.03 Departamento De Gestao Do Ensino - 123670039.2.427000 Manutencao Das Atividades Da Educacao Especial - 3.3.50.43.99.99.00 DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR - Despesa: 25576 - Desdobramento Da Despesa 43214 Fonte.....: 0 Recursos Ordinarios (Livres).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, em parcela única, observando o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR TOTAL
01	10 (dez) dias contados da publicação do Termo de Fomento.	R\$ 60.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

Descrição da Despesa	Código da despesa	Valor Total
Outros serviços de terceiros, pessoas jurídica	3.3.90.39.99	R\$ 55.000,00
Instrumentos musicais e artísticos	4.4.90.52.26	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da

instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Banco Brasil S/A - Agência: 8563-4 - Conta corrente: 1.848-1.**

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

a) A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com antecedência de até 30 (trinta) dias do término da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais),

relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
- b) Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;
- c) Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- f) Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- g) Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;
- h) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a) Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

- b)** Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c)** Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Fomento;
- d)** Manter escrituração contábil regular;
- e)** Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;
- f)** Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;
- g)** Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento;
- h)** Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
- i)** Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- j)** Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- k)** Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- l)** Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;
- m)** Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:
 - 1.** utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 - 2.** garantir sua guarda e manutenção;
 - 3.** comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - 4.** arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 - 5.** em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
- n)** Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- o)** Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p)** Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;

q) Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
- e) Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

I - A CONCEDENTE indica como Gestora da parceria a servidora Elisandra Nath Copatti, CPF: 879.394.521-34 matrícula 81094, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

II - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 18 e 24/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV - O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a)** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b)** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c)** Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d)** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento;
- e)** Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II – Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a)** A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b)** A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c)** Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d)** Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a)** Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b)** Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c)** Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a)** A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b)** O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c)** O extrato da conta bancária específica;
- d)** A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- e)** A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f)** Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

VII - A inadiplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III- Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV- A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e

b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Sanar a irregularidade;

b) Cumprir a obrigação; ou

c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III – Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV- A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a)** O relatório final de execução do objeto;
- b)** Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c)** O relatório final de execução financeira;
- d)** O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e)** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a)** Aprovação das contas;
- b)** Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c)** Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a)** Omissão no dever de prestar contas;
- b)** Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c)** Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d)** Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a)** Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
- b)** Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

- a)** No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
- b)** No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - 1.** Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 - 2.** Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula.

XIX - Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a)** A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- b)** O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX - O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser

prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a)** Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- b)** Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

- a)** Advertência;
- b)** Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c)** Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O presente Termo de Fomento poderá ser:

- a)** Extinto por decurso de prazo;
- b)** Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c)** Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- d)** Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 - 1.** Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - 2.** Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 - 3.** Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 - 4.** Violação da legislação aplicável;
 - 5.** Cometimento de falhas reiteradas na execução;

6. Malversação de recursos públicos;
 7. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 8. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 9. Descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 10. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 11. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
 12. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- II** - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- III** - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
- IV** - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
- V** - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- VI** - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- VII** - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- VIII** - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- I** - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.
- II** - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:
- a) Inexecução do objeto;
 - b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
 - c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

a) Nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e

b) Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

1. Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

2. Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exime a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Fomento e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

a) Ao CONCEDENE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou

b) À PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem “a”, acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens.**

III - Na hipótese do subitem “b” acima, a PROPONENTE poderá realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem “b” acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

a) Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

b) O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se à bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato.

Pato Branco, 09 de Julho de 2026.

Município de Pato Branco - Concedente

Geri Natalino Dutra - Prefeito

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco - Proponente

Zenilda de Quadros Spricigo - Representante Legal



ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

Vozes e som: a melodia da inclusão



APAE – PATO BRANCO
EII 49/2025 – R\$ 60.000,00

PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social da	OSC: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco	
CNPJ:	77.130.953/0001-07	
Endereço:	Travessa Borges – 152 - São Vicente	
CEP:	85.506-390	Telefone: (46) 3224 4440
Email:	patobranco@apaepb.org.br direcao02.patobranco@apaepb.org.br	
Conta corrente:	Banco:	Agência:

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE OU RESPONSÁVEL- OSC

Representante Legal da OSC:	Zenilda De Quadros Spricigo	
CPF:	195.725.819-53	RG: 1.592.272 - SSP/SC
Endereço:	Avenida Tupi, Nº 2692 AP 1301 Centro	
CEP:	85.501-065	Telefone: 46 99107 07 21
E-mail:	zenildaspricigo@hotmail.com	

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Responsável pelo Projeto:	Adinara Lopes Conceição	
CPF	007.023.869 -36	RG: 6.987.554-8 SSP PR
Endereço:	Presidente Juscelino nº 409	
CEP:	85507-370	Telefone: (46) 99134 7591
E-mail:	direcao02.patobranco@apaepb.org.br	

2- APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

Caracterização da OSC.

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – Pr, sob o CNPJ nº 77.130.953/0001-07 foi fundada em dezesseis de março de 1976, na época mantenedora da Escola Especializada Recanto Feliz, uma sociedade de direito privado e sem fins lucrativos. A APAE Pato Branco é mantenedora de duas unidades sendo elas Unidade Carlos Almeida e Unidade Zilda Arns. Presta atendimento nas áreas da assistência social, educação e saúde aos usuários da área Rural e Urbana do município, sendo crianças, adultos e idosos com deficiência intelectual e/ou múltiplas de ambos os sexos e tem como principal objetivo promover e articular ações de defesa e garantia de direitos, prevenção, orientação, reabilitação, atendimento e apoio aos usuários e as famílias, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas. O atendimento tem início com a acolhida, a escuta ativa e qualificada do usuário e sua família; a elaboração conjunta de um Plano de Atendimento Individual ou Familiar. As atividades no serviço são realizadas por uma equipe multiprofissional, multidisciplinar e de atuação interdisciplinar, sob distintas metodologias de escuta e expressão das relações (reuniões, leituras, vídeos, música, grupos focais, atenção individualizada, atividades em oficinas diversificadas como, música, teatro, atividades com água, esporte e lazer, dentre outras), não apenas nos espaços físicos da unidade, mas envolvendo o domicílio, o bairro, a comunidade, clubes, cinemas, praças, entre outros espaços, com o objetivo de promover: Convivência familiar, grupal e comunitária, fortalecimento de vínculos e cuidados pessoais. Ampliação das relações sociais para evitar o isolamento social; Identificação de tecnologias assistivas de autonomia e convivência na APAE, no domicílio e na comunidade; Inclusão em outros serviços no território (educação, consultas, reabilitação, odontologia, atividades culturais, de esporte e lazer) acesso a benefícios (BPC) e benefícios eventuais; e Orientação e apoio aos cuidadores familiares.

A entidade é mantida por meio de convênios públicos, com a Prefeitura Municipal (Transporte, Merenda Escolar e SUS), Convênio com o Estado (SEED), Projetos,

Programas Estaduais e Federais, de Doações captadas junto à Comunidade Patobranquense.

Atualmente a APAE Pato Branco atende em torno de 336 pessoas com deficiência, a partir dos 6 meses de idade, sendo que a demanda está crescendo diariamente, com famílias vindo de diversas regiões do país em busca de emprego.

A APAE executa o Programa de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, nos termos da Resolução CNAS nº 34/2011 e dentro do programa, executa o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas e suas Famílias, ofertado na Unidade Referenciada – APAE, conforme a Resolução CNAS nº 109/2009.

A APAE possui representatividade nos seguintes Conselhos:

- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
- Conselho Municipal de Saúde – CMS
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD
- Conselho Municipal do Idoso - CMI

3- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Vozes e som: a melodia da inclusão
Identificação do Objeto: Aquisição de cinco (5) teclados, contratação de um instrutor de musicalização para ministrar as aulas nas duas unidades da APAE Pato Branco.

O presente projeto tem como objetivo dar continuidade e ampliar às aulas de musicalização oferecidas pela APAE de Pato Branco, contemplando pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, com idades a partir dos 7 anos oriundos tanto da zona urbana quanto da zona rural do município.

As atividades de musicalização ocorrerão duas vezes por semana, nos turnos da manhã e da tarde, em ambas as escolas mantidas pela instituição – Escola Carlos Almeida e Escola Zilda Arns. O projeto prevê também a aquisição de instrumentos musicais

segurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades.

3.1- DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA

A APAE de Pato Branco desenvolve, há anos, um trabalho reconhecido no atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo educação, inclusão social, desenvolvimento humano e fortalecimento da autonomia de seus usuários. A instituição atende diariamente 336 alunos, matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), os quais apresentam diferentes necessidades educacionais, cognitivas, motoras e socioemocionais.

Além do atendimento educacional especializado, a APAE oferta atividades complementares de caráter pedagógico e terapêutico, que contribuem significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos. Entre essas ações, destaca-se a musicalização, reconhecida como importante recurso para o estímulo da coordenação motora, da percepção auditiva, da comunicação, da socialização e da expressão emocional, especialmente no contexto da educação especial.

Entretanto, a instituição enfrenta limitações estruturais e financeiras que dificultam a manutenção e a ampliação das atividades de musicalização. Atualmente, há demanda reprimida para o atendimento musical sistematizado, em razão da insuficiência de profissionais especializados e da escassez de instrumentos adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e terapêuticas. A ausência de um instrutor de música contratado de forma contínua e a quantidade limitada de equipamentos comprometem o acesso dos alunos a essa prática, restringindo os benefícios que a musicalização pode proporcionar.

Diante desse cenário, a parceria proposta, por meio de emenda impositiva, visa à contratação de um instrutor de música e à aquisição de cinco teclados musicais, possibilitando a estruturação e a ampliação das aulas de musicalização na APAE. A iniciativa permitirá o atendimento regular de um maior número de alunos, a diversificação das estratégias pedagógicas e terapêuticas e a qualificação das práticas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das pessoas com deficiência

3.2 PUBLICO ALVO

Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, atendidos pela APAE Pato Branco nas Unidades Zilda Arns e Carlos Almeida.

Nº de Atendidos	Faixa etária	Modalidade de atendimento
80	A partir dos 7 anos	Presencial

4- OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento integral, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência atendidas pela APAE, por meio da contratação de um instrutor de música e da aquisição de cinco teclados musicais, fortalecendo as ações de musicalização como recurso pedagógico, terapêutico e inclusivo.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estruturar e ampliar as atividades de musicalização na APAE, por meio da atuação de um instrutor de música qualificado e da disponibilização de cinco teclados, garantindo atendimentos regulares e acessíveis aos alunos.
- Estimular o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das pessoas com deficiência atendidas, utilizando a música como ferramenta pedagógica e terapêutica para favorecer a comunicação, a coordenação motora, a autonomia e a convivência em grupo.

4.3 Vigência

Período de Execução: 12 meses a partir do repasse financeiro.

5- PÚBLICO ALVO

Beneficiários	Faixa etária	Crítérios de seleção	Quantidade estimada de atendidos	Forma de acesso ao projeto
Público atendido pela APAE Pato Branco	A partir dos 07 anos	Demonstrar habilidades e interesse	80	Fazer parte do público atendido pela APAE

6 - ESPECIFICAÇÕES DE METAS E MEIOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO

Meta	Quantidade prevista	Meios de verificação	Prazo
Realizar 2 aulas de musicalização e 2 aulas de teclado por semana nos períodos matutino e vespertino com duração de 2 horas em cada unidade	300 atendimentos mensais	Lista de presença Relatórios bimestrais de atividades	12 meses

7- METODOLOGIA/ AÇÕES DESENVOLVIDAS

Serão ministradas aulas de musicalização para os atendidos na APAE Pato Branco nas Unidades Zilda Arns e Carlos Almeida. As atividades serão realizadas no período matutino e vespertino. As aulas serão realizadas duas vezes por semana pelo período de 12 meses, sendo duas horas por dia, com professor habilitado para ministrar as aulas. Haverá material didático, lista de presença. Como conclusão das aulas será realizada uma apresentação a

comunidade. Para a realização das aulas na Unidade Carlos Almeida serão adquiridos 5 (cinco) teclados.

Formas de Execução das atividades/ Ações do projeto

Mês 1: Introdução ao Teclado e Ritmos Simples

Objetivos

Apresentar o teclado, identificar sons graves e agudos, e trabalhar coordenação motora.

Aulas:

1. Exploração do teclado: Mostrar as teclas brancas e pretas, explicar que cada tecla tem um som diferente. Associar sons graves (esquerda) e agudos (direita) com imagens (Ex.: grave = elefante; agudo = passarinho).
2. Coordenação motora: Praticar pressionar teclas alternando as mãos (esquerda e direita).
3. Ritmo básico: Tocar uma tecla no ritmo de uma música infantil (Ex.: “Atirei o Pau no Gato”).
4. Primeiras notas: Identificar e tocar as teclas DÓ, RÉ e MI com adesivos coloridos.

Mês 2: Conhecendo as Notas e Posicionamento dos Dedos

Objetivos:

Reconhecer as notas da escala (DÓ a SI) e trabalhar o uso correto dos dedos.

Aulas:

1. Escala simples: Ensinar a sequência de notas DÓ-RÉ-MI-FÁ-SOL-LÁ-SI (usar cores para cada tecla).
2. Posicionamento dos dedos: Mostrar como usar os dedos corretamente (polegar no DÓ, outros dedos nas notas seguintes).
3. Tocando com as duas mãos: Praticar tocar uma nota com cada mão ao mesmo tempo (Ex.: DÓ na mão direita e DÓ na mão esquerda).
4. Ritmo e prática: Tocar uma escala curta no ritmo de uma música simples, como “Brilha, Brilha Estrelinha”.

Mês 3: Melodias Simples e Coordenação com Ambas as Mãos

Objetivos:
Introduzir pequenas melodias e coordenar as duas mãos.

1. Melodia simples: Ensinar uma música curta apenas com a mão direita (Ex.: “Parabéns a Você”).
2. Coordenação: Introduzir o uso da mão esquerda para tocar DÓ repetidamente enquanto a mão direita toca a melodia.
3. Revisão das notas: Consolidar o aprendizado das notas (DÓ a SI).
4. Prática com repetição: Repetir a melodia ensinada para desenvolver confiança e fluidez.

Mês 4: Introdução aos Acordes e Expansão do Repertório Objetivos:

Ensinar acordes básicos (DÓ maior, FÁ maior) e combiná-los com melodias simples.

Aulas:

1. Acordes básicos: Ensinar o acorde de DÓ maior (C) – DÓ, MI e SOL tocados juntos.
2. Alternância entre acordes: Introduzir o acorde de FÁ maior (F) e praticar a troca entre C e F.
3. Combinação de acordes e melodias: Praticar tocar uma melodia simples com a mão direita enquanto a esquerda toca os acordes.
4. Prática musical: Tocar músicas curtas como “Noite Feliz” usando os acordes aprendidos.

Mês 5: Dedilhado e Desenvolvimento do Repertório Objetivos:

Trabalhar padrões de dedilhado e expandir o repertório musical.

Aulas:

1. Dedilhado básico: Ensinar padrões simples de dedilhado (polegar no DÓ, outros dedos alternando nas notas seguintes).
2. Revisão de acordes: Reforçar os acordes aprendidos (C e F) e introduzir o acorde G (SOL maior).
3. Prática de dedilhado e acordes: Usar o dedilhado em músicas simples, como “Ciranda Cirandinha”.
4. Integração: Tocar músicas que combinem dedilhado, acordes e melodias.

Mês 6: Músicas com Estrutura Mais Completa Objetivos:

Praticar músicas que envolvam coordenação entre as mãos e uso de ritmos variados.

Aulas:

1. Combinação de elementos: Ensinar uma música que use dedilhado, acordes e melodia juntos. Ex.: “O Cravo e a Rosa”.
2. Ritmos diferentes: Introduzir variações rítmicas (Ex.: tocar acordes em tempos específicos).
3. Revisão do repertório: Consolidar todas as músicas aprendidas até agora.
4. Prática coletiva: Trabalhar sincronização e prática em grupo, se possível.

Mês 7: Consolidação e Apresentação Final Objetivos:

Revisar os aprendizados e preparar os alunos para uma apresentação. Aulas:

1. Revisão geral: Retomar as músicas aprendidas e corrigir dificuldades específicas.
2. Prática das músicas para apresentação: Escolher 2 ou 3 músicas para tocar em grupo ou individualmente.
3. Ensaio geral: Ensaiar as músicas em sequência, ajustando ritmo e sincronização.
4. Apresentação final: Realizar uma apresentação simples para colegas, professores ou familiares, celebrando o progresso de cada aluno.

INICIAÇÃO EM EDUCAÇÃO VOCAL

Desenvolver a habilidade vocal através da educação da voz.

Objetivos Geral:

- Desenvolver a consciência vocal e respiratória;
- Estimular a comunicação e a expressão oral;
- Trabalhar ritmo, melodia e musicalidade;
- Melhorar a articulação e dicção de forma lúdica;
- Integrar o canto com o movimento corporal.

Metodologia:

- Jogos vocais: brincadeiras que exploram sons e variações da voz;
- Exercícios respiratórios: ensinar a controlar a respiração para melhor projeção vocal;
- Canto coletivo: músicas infantis simples, com repetições e ritmos fáceis;
- Movimento e ritmo: palmas, percussão corporal e dança para desenvolver a coordenação;
- Histórias cantadas: associar narrativas à melodia para estimular a imaginação;
- Instrumentos de apoio: uso de tambores, pandeiros e chocalhos para auxiliar no ritmo.

Plano de Aula

Boas-vindas e aquecimento (10 min)

- Alongamento e relaxamento corporal;
- Respiração e emissão de sons (sopro, vogais);
- Jogos vocais (10 min);
- Sons dos animais, imitação de personagens;
- Brincadeiras com variações de volume e tom;
- Música e ritmo (15 min);
- Aprendizado de uma música simples;
- Uso de palmas ou instrumentos para acompanhar;
- Expressão e movimento (10 min);
- Atividades de corpo e voz (dança, gestos associados ao canto);
- Encerramento (5 min);
- Momento de relaxamento e despedida cantada.

Estratégias Pedagógicas

1. Adaptação individual: Respeitar o ritmo e as limitações de cada aluno, usando recursos personalizados (adesivos, cores, associações).
2. Reforço positivo: Elogiar pequenos avanços para estimular a confiança e o interesse.

3. Atividades lúdicas: Incorporar jogos musicais, desafios leves e músicas familiares para tornar o aprendizado divertido.
4. Ambiente inclusivo: Valorizar a participação de todos, promovendo a socialização e o trabalho em grupo.

8- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ativ.	Descrição da Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Orçamentos	X											
2	Seleção e contratação dos profissionais, aquisição dos teclados	X											
3	Atendimentos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4	Apresentação Final												X

9 -RECURSOS UTILIZADOS PARA DESENVOLVER O PROJETO

9.1-Bens permanentes (Recursos próprios da OSC).

9.2. IMÓVEL DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO

A Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Pato Branco conta com duas sedes próprias destinadas aos atendimentos dos alunos. A APAE utiliza os espaços físicos da entidade para prestar atendimentos na área da educação, saúde e assistência social.

a) A APAE Carlos Almeida com foco no atendimento aos bebês, crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltiplas está localizada na Travessa Antônio Borges nº 152, Bairro São Vicente, numa área de 3.283,79 m², contendo 1.728,92 m² de área construída, distribuídos nos seguintes espaços:

- Sala para secretaria, recepção e serviço de telefonia;
- Sala de Informática;
- Sala para direção;
- Sala para coordenação pedagógica;
- Sala para arte;
- Auditório;

- Quadra esportiva coberta;
- Salas de aula;
- Sala para professores;
- Sala para Educação Física;
- Brinquedoteca/ Biblioteca
- Almoxarifado;
- Lavanderia;
- Refeitório;
- Cozinha.
- Sala para serviços financeiros;
- Sala para serviço de escrituração do SUS;
- Sala para fonoaudiologia / Terapeuta Ocupacional
- Sala para psicologia;
- Sala para fisioterapia;
- Sala para serviço social;
- Sala de Troca

Depósito;

- 08 banheiros, sendo 10 com sanitários, 05 chuveiros;
- Sala para arquivos e documentos “arquivo morto”;

b) A APAE Zilda Arns com foco no atendimento aos usuários adolescentes a partir de 16 anos, adultos e idosos com deficiência intelectual e/ou múltiplas está localizada na Rua Marília, nº791, Bairro São Roque, numa área total de 6.422 m², contendo 888 m² de área construída, distribuídos nos seguintes espaços:

- Sala para Fisioterapia/ Terapia Ocupacional
- Sala para Psicologia
- Sala para Serviço Social/ Fonoaudiologia
- Sala para os Professores/ Coordenação;
- 01 Sala para Artesanato
- 05 salas de aula
- 01 Sala de Arte
- Sala para lanche dos educadores e demais funcionários;
- Espaço para almoxarifado;
- Cozinha;

- Secretaria
- Sala de Direção;
- Hall de entrada (área coberta);
- 08 banheiros, 12 sanitários, 03 chuveiros;
- Lavanderia;
- Casa de Alvenaria para o programa de Horta e Jardinagem;
- 01 Cozinha Experimental
- 1 auditório
- Refeitório
- Depósito
- Quadra esportiva coberta

9.3 - RELATÓRIO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

A APAE Pato Branco em cada unidade conta com uma diretora, uma diretora auxiliar, secretária que estarão envolvidas diretamente na execução do projeto.

Recursos Humanos equipe técnica

Nome	Cargo/função/ registro profissional	Escolaridade Formação	Carga horária Semanal
Adinara Lopes Conceição	Direção	Superior completo com especialização	40 hs
Angela Link Saccol	Direção	Superior completo com Mestrado	40 hs
Carmen Oenning	Direção Auxiliar	Superior completo com especialização	40 hs
Kalleby Abymael dos Santos	Secretário	Superior incompleto	40 hs

Nádia Rosa Predrozo	Secretária	Superior completo com especialização	40 hs
A contratar	Instrutor de musica	Ensino Médio	20 hs

10. PLANO DE APLICAÇÃO

10.1- DESPESAS COM CUSTEIO

Classificação das Despesas	Descrição das Despesas	Valor total
3.3.90.39.99	Outros serviços de terceiros, pessoas jurídica	R\$ 55.000,00
4.4.90.52.26	Instrumentos musicais e artísticos	R\$ 5.000,00
		Sub Total: R\$ 60.000,00

11- CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	
Etapa 1	Mês 1	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa 2	Mês2	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa 3	Mês 3	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa4	Mês 4	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa5	Mês 5	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa 6	Mês 6	Repassse financeiro ao	R\$ 4.583.33

		profissional contratado	
Etapa 7	Mês 7	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa 8	Mês 8	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa 9	Mês 09	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa 10	Mês 10	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa 11	Mês 11	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.33
Etapa Final	Mês 12	Repassse financeiro ao profissional contratado	R\$ 4.583.34

Pato Branco, 23 de abril de 2026.

ASSOCIACAO DE
PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS DE
P:77130953000107

Assinado de forma digital
por ASSOCIACAO DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
DE P:77130953000107
Dados: 2026.04.23 16:10:27
-03'00'

Zenilda de Quadros Spricigo
Presidente APAE Pato Branco
CPF 195.725.819-53



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9F5A-3888-B982-253B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 09/07/2026 17:14:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE P (CNPJ 77.XXX.XXX/XXXX-07) VIA
PORTADOR ZENILDA DE QUADROS SPRICIGO (CPF 195.XXX.XXX-53) em 10/07/2026 09:09:22
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/9F5A-3888-B982-253B>